de crédito. Vai ter de usar os bancos públicos para emprestar a inúmeras pequenas empresas, mas não há ainda os instrumentos para isso. O BNDES permanece travado", afirma Mello.

A liberação de aumento da exigência de capital por parte dos bancos para estimular a oferta de financiamentos esbarra no receio das empresas de tomarem emprestado diante da retração acelerada do consumo e da perspectiva de recessão. O risco aumentou e os bancos elevaram em 70% o custo dos empréstimos para contrabalançar prováveis calotes. Era óbvio que isso iria acontecer, mas Guedes não viu.

As reações ao comportamento da turma de Brasília multiplicam-se no País. O governador do Piauí, Wellington Dias, disse que o governo federal faz uma "economia irresponsável" na crise do Covid-19, não tem comando unificado e impõe barreiras financeiras a estados e municípios quando "o investimento deve ser de tempos de guerra".

MANSUETO ALMEIDA, SECRETÁRIO DO TESOURO: "A PANDEMIA NÃO PODE VIRAR FARRA FISCAL"

"O Piauí investiu 156 milhões de reais na crise do Covid-19 para criar novas salas de UTIs , vagas de leito clínico, salas de estabilização, contratar 700 profissionais. Mas só recebemos da União até agora 6,4 milhões. O governo federal anunciou 'estou mandando 8 bilhões para estados e municípios'. Esse dinheiro não está vindo, devem ter chegado no máximo 450 milhões para todo o País. Isso dá uns 2 reais por habitante no Brasil."

Para o ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, "as políticas a serem adotadas devem priorizar socorrer os mais vulneráveis e não os mais ricos. Ainda não conseguiram fazer o dinheiro chegar, efetivamente, aos mais necessitados ou assegurar alguma liquidez para que as micro e pequenas empresas não demitam ou não fechem suas portas. Quando falta gestão, sobram aventuras".

De tão limitado, o governo não vê que ao tomar medidas econômicas acanhadas para a proteção dos vulneráveis e das pequenas empresas e ao protelar sua implementação orientado pelos dogmas da austeridade e do fanatismo ideológico contribui para agravar a crise, pois retira



"É preciso usar o poder do Estado", diz o economista

OPÇÃO PELO ATRASO

O Brasil abriu mão de produzir remédios e equipamentos, lamenta Carlos Gadelha

O economista Carlos Gadelha, líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Inovação e Complexo Econômico-Industrial da Saúde, da Fiocruz, foi secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde e de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A partir de 2008, colaborou com o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão na estruturação do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, que utilizou o poder de compra do Estado no atendimento à demanda do SUS, por meio de parcerias de desenvolvimento produtivo para adquirir, na maior parte dos casos, produtos de custo alto e de alta complexidade tecnológica e estimular a produção local e a transferência de tecnologia. A íntegra da entrevista pode ser lida em www.cartacapital.com.br.

CartaCapital: Quais as medidas mais urgentes para o enfrentamento do Covid-19 em relação à produção de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares e vacina?

Carlos Gadelha: Emergencialmente resta apenas buscar no mercado internacional, de modo muito ativo, produtos onde quer que eles existam. No mercado local, é preciso reunir os produtores e colocar a questão da responsabilidade deles em relação ao SUS e à demanda pública. Usar o poder de Estado, como a Europa e os Estados Unidos têm feito.

CC: O que havia de planejamento no período em que o senhor esteve no Ministério da Saúde para a produção



Bolsonaro e Guedes querem forçar o fim do isolamento social

o poder de compra dos trabalhadores e aposentados e acelera o desemprego ao arruinar milhares de micro e pequenos empreendimentos, prolongando o travamento do mercado agravado pela crise. A frase do secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, de que "pandemia não pode virar uma farra fiscal", sintetiza a mediocridade imbatível da turma de Brasília.

A pandemia assola continentes e mata aos milhares, mas a deficiência cognitiva e o sectarismo dos poderosos de Brasília os impedem de perceber que o dilema entre salvar a economia e salvar vidas é falso. Como observou o vencedor do Nobel de Economia Joseph Stiglitz, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, o fato é que, se não salvarem os indivíduos, a economia será devastada. "No Brasil e nos Estados Unidos, temos governos que não acreditam em ciência e estamos vendo as consequências", disse Stiglitz.

A situação insólita do Brasil parece adequar-se ao cenário descrito pelo economista Dani Rodrik, da Universidade Harvard, para quem a crise parece ter acentuado as características dominantes da política de cada país para uma forma mais aguda. "Com efeito, os países se tornaram versões exageradas de si mesmos. Isso sugere que a crise, em vez de colocar o mundo em uma trajetória significativamente diferente, provavelmente vai intensificar o alicerce e as tendências existentes."

Se dependesse do "Posto Ipiranga", o governo aproveitaria a pandemia para matar o Estado de inanição. •

ANDRÉ MELO ANDRADE/FOLHAPRESS E ZÓ GUIMARÃES

dos ventiladores pulmonares, cruciais contra combater o Covid-19?

CG: A lista de itens estratégicos do SUS elaborada em 2013 para a produção nacional incluía ventiladores e luvas cirúrgicas. Nas parcerias de desenvolvimento produtivo entre instituições públicas e privadas para fabricar no Brasil, os componentes tecnológicos críticos seriam nacionalizados, caso contrário não teria compra pública. Abortou-se essa estratégia, as quatro empresas nacionais de ventiladores pulmonares produzem 4 mil unidades por ano, quando seria necessário gerar ao menos 15 mil. Importamos peças centrais, como a tela de cristal líquido, softwares e válvulas, entre outras.

CC: O País poderia ter avançado mais nos sistemas produtivos e de inovação? Por que não aconteceu?

CG: A maior dificuldade de uma política industrial não é técnica, é mudar as amarras políticas e sociais do atraso. É superar tudo aquilo que é defasado, particular e mesquinho, e que inviabiliza a transformação de que a sociedade necessita. Esses interesses são manifestados pelos dirigentes e gestores, no Poder Judiciário e nos órgãos de controle, que, mesmo se bem-intencionados, ao criminalizar a política de desenvolvimento acabam reforçando a defasagem da matriz produtiva, os interesses do passado e das elites articuladas com um projeto atrasado de país. Eles se iludem com os sinais de curto prazo. Para muitos, produzir minério e soja parece mais sedutor do que produzir medicamentos, ventiladores e vacinas.

CC: Como o complexo Fiocruz, Farmanguinhos e Biomanguinhos identifica os medicamentos que serão usados em tratamentos no futuro para que se possa investir?

CG: A Fiocruz tem 21 unidades de ciência, tecnologia, inovação e produção de bens e serviços. Para o futuro é central o projeto que conta com o apoio do Ministério da Saúde para a consolidação e expansão da produção de vacinas, de modo a atender às necessidades específicas de nossa população. A produção de vacinas, que inclui o Instituto Butantã, mostra que a visão do Complexo Econômico e Industrial da Saúde não é um sonho. Somos produtores e temos de caminhar para sermos inovadores. Na produção farmacêutica, é essencial consolidar a biotecnologia, central, por exemplo, na área de reagentes para diagnóstico de coronavírus e outras doenças transmissíveis, de medicamentos para câncer e doenças raras e crônicas.